

I. Processos de colonização

A presença de mais de 100 000 colonos judeus numa série de comunidades urbanas e rurais espalhadas pela Cisjordânia e pela Faixa de Gaza é o resultado de um processo de colonização planeado e executado por todos os governos israelitas desde 1967. A política de colonização na Cisjordânia e em Gaza tem mudado ao longo dos anos, tanto em termos de intensidade como em termos da dispersão micro-regional naqueles territórios. O objectivo deste estudo é examinar e analisar as implicações de vinte e cinco anos de políticas de colonização israelita na Cisjordânia e em Gaza. Para além das suas implicações políticas directas, é importante compreender a dinâmica interna deste processo de colonização. Não só as diferentes políticas de colonização reflectem as alterações de orientação governamental no período em estudo como a respectiva execução esclarece o modo como o planeamento manipulou os processos sociais, económicos e geográficos para alcançar objectivos políticos.

Os estudos sobre processos de colonização noutros países do mundo apontam para uma série de temas comuns. Um primeiro tema refere-se ao facto das regiões periféricas não terem, a maior parte das vezes, contiguidade territorial com a «base do poder no centro político. Um segundo tema é a tendência para a colonização ser vista como um meio de transformar os métodos militares de controlo numa forma mais duradoura de presença residencial por parte do poder colonizador, o que poderá também incluir tentativas para alterar o equilíbrio étnico e demográfico a favor do colonizador – ou, pelo menos, para estabelecer uma concentração residencial étnica clara de habitantes que se identificam com o centro político. Na maior parte dos casos tradicionais, a colonização foi levada a cabo através de um processo de dispersão de colónias agrícolas pelo território em questão, expandindo assim a área directamente controlada. Finalmente, observe-se que a introdução de um elemento civil estranho na paisagem é invariavelmente mal sucedida no que toca a alcançar o objectivo a longo prazo de legitimar o controlo político. O conflito entre duas (ou mais) populações mantém-se mesmo após várias gerações de colonização. As aldeias francesas do Norte de África, as colónias turcas em Chipre e a presença de uma grande população protestante na Irlanda do Norte são apenas alguns exemplos retirados da história recente.

O presente estudo encontra-se dividido em três partes. A primeira consiste numa análise geral e numa descrição do processo de colonização durante o período em estudo, focando tanto a diversidade temporal como a espacial. A segunda parte debruça-se sobre a dinâmica de colonização, analisando os factores que explicam a emigração, o modo como a colonização na Cisjordânia resultou na expansão do centro metropolitano israelita e os padrões de controlo político daí resultantes. A terceira parte oferece um comentário sobre o processo de colonização,

sublinhando que - do ponto de vista israelita - criou uma série de dilemas resultantes de imagens antagónicas relativas ao objectivo primordial da colonização. Finalmente; serão feitos alguns comentários específicos relativos ao papel dos colonatos no processo de paz.

II. Análise geral ao processo de colonização na Cisjordânia

Em Dezembro de 1991 residiam cerca de 120 000 colonos judeus na Cisjordânia e na Faixa de Gaza (excluindo Jerusalém-Leste). Destes colonos, cerca de 4300 residiam na Faixa de Gaza. Considerando tanto o crescimento natural da população existente de colonos como a intensificação do processo de colonização que se verificou entretanto, este número deverá ser aproximadamente 140 000 (um crescimento de 40%) até ao final de 1995.

1. Análise temporal: fases da actividade de colonização

O processo de colonização não é uniforme em termos de cobertura espacial ou de composição populacional. Tanto o ritmo geral como os locais específicos dos colonatos individuais têm variado em função do clima político e de diferentes orientações governamentais. Ao mesmo tempo, é importante recordar que (com a possível excepção dos dois primeiros colonatos Gush Emunim* pré-1977) toda a actividade de colonização tem sido patrocinada pelo governo. Os governos trabalhistas e os governos Likud podem ter políticas distintas relativas à colonização, mas - quer directamente através de patrocínios e subsídios concedidos aos grupos de colonos, quer indirectamente através da construção de infra-estruturas e da concessão de terras para colonização - ambos deram apoio ao processo de colonização.

Foram identificadas quatro grandes fases de colonização, tendo o início de uma quinta fase começado a emergir em 1990.

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DE COLONOS JUDEUS (1967-1991)

Fase de colonização	Ano	Número de colonos	Crescimento absoluto	% de crescimento (por ano)
Fase 1	1977	5 023		
Fase 2	1981	16 119	11 096	34,05
Fase 3	1984	44 146	28 027	40,6
Fase 4	1989	81 200	37 054	12,98
Fase 5	1991	112 000	42 000	17,41

Fonte: Ver Apêndice 1.

1. O período entre 1967 e 1977 foi caracterizado por políticas de colonização minimalista levadas a cabo pelo governo trabalhista em conformidade com o Plano Allon. Esta política criou uma linha de colonatos ao longo da fronteira do Vale do Jordão com o Estado da Jordânia. A ideia subjacente a esta política era assegurar fronteiras defensáveis, por um lado, e, por outro, deixar o interior da Cisjordânia livre de colonatos judeus, para se tornar eventualmente uma região palestina autónoma com ligações territoriais (através de um estreito corredor por território israelita) e funcionais com o Estado da Jordânia.

2. Com a subida ao poder do governo Likud em 1977, a política de colonatos sofreu uma alteração de maior. O novo governo promoveu a colonização espalhada pela região como meio de assegurar o controlo definitivo do território. No período entre 1977 e 1981, a maior parte da actividade de colonização foi iniciada e executada pelo movimento religioso-nacionalista Gush Emunim (Newman, 1985b) que seguiu uma política de estabelecimento de uma rede alargada de pequenos colonatos dispersos pela região, especialmente no interior montanhoso. Grande parte destes colonatos foram fundados muito próximo de centros populacionais palestinos.

3. O segundo governo Likud (1981-1984) tirou partido de benefícios económicos – em vez de ideológicos – para estimular o processo de colonização. Foi dada especial relevância à micro-região da Samaria Ocidental, a área mais próxima da antiga fronteira da «linha verde» e dos centros metropolitanos israelitas, numa tentativa de atrair o maior número de pessoas possível no mais curto espaço de tempo, iniciando-se assim o processo de colonização «suburbana». Este período foi também marcado pela preparação do «Plano dos 100 000» cujo objectivo era estabelecer 100 000 colonos judeus na Cisjordânia (excluindo a Faixa de Gaza e Jerusalém-Leste) até ao ano de 1987.

4. O quarto período, entre 1984 e 1988, foi caracterizado pela consolidação da rede de colonização existente, sendo apenas estabelecidos mais alguns colonatos. Esta situação resultou da paralisia que atingiu a política para a Cisjordânia devido ao estabelecimento de um Governo de União Nacional, em que o partido de direita Likud e o partido de esquerda trabalhista eram os principais parceiros. Embora os grupos que favoreciam a continuação da colonização protestassem contra a virtual paralisação da construção de novos colonatos, de facto puderam consolidar e reforçar a estrutura existente - grande parte da qual era constituída por comunidades pequenas e relativamente instáveis, sem as dimensões mínimas necessárias para o funcionamento eficaz de uma comunidade residencial.

5. Uma quinta fase de reintensificação do processo de colonização - apesar do aparecimento da Intifada - começou a surgir em 1990. Esta reintensificação é o resultado indirecto da imigração em massa sofrida por Israel durante 1990-1991. Embora se estime que pouco mais de 1% dos imigrantes russos se tenha fixado na Cisjordânia, a sua chegada

provocou uma turbulência significativa no mercado imobiliário israelita. As unidades residenciais nas vilas israelitas tornaram-se repentinamente escassas e o seu preço ide mercado subiu drasticamente o que permitiu que muitas famílias 'israelitas, previamente impossibilitadas de o fazer, angariassem o capital financeiro necessário para a compra de unidades habitacionais independentes em muitos dos colonatos da Cisjordânia. Apenas em 1991, mudaram-se para a Cisjordânia cerca de 16 000 colonos judeus. No final do mesmo ano encontravam-se em construção mais 12 000 unidades habitacionais.

Originalmente foi argumentado que a *Intifada* tinha provocado um abrandamento considerável do ritmo de colonização, especialmente no que toca à afluência de novos e 'potenciais colonos. Este ponto é difícil de esclarecer. Os primeiros dados indicam que, no período de 1987 e 1989 não se verificou qualquer abrandamento do número de novas famílias que foram residir para a região, o que pode ser atribuído a dois factores principais. Em primeiro lugar, o período de tempo envolvido no processo de colonização é cerca de um a três anos entre a aquisição inicial do terreno, a construção de uma casa e a mudança propriamente dita. Assim, a maior parte dos colonos que chegaram entre 1987 e 1989 já estavam comprometidos em relação à sua mudança aquando do início da *Intifada*. O verdadeiro teste ao efeito da *Intifada* é de saber se a aquisição de terrenos ou de novas unidades habitacionais continuou a ter lugar depois do período de 1990 (indicando assim um interesse inicial manifestado *após* o início da *Intifada*). Mas foi exactamente neste último período que o efeito da emigração russa massiva se começou a fazer sentir, neutralizando assim grandemente o processo de «abrandamento» provocado pela *Intifada*. Prova é o facto de praticamente todas as unidades habitacionais construídas em 1991 — bem como as que se encontram em construção para serem terminadas durante o ano de 1992 — terem sido adquiridas por potenciais colonos.

2. Diversidade micro-regional

Devido à história multiforme da colonização na Cisjordânia, é importante fazer a distinção entre uma série de sub-regiões integradas na área em estudo. Às distintas características sócio-económicas e demográficas dos colonatos em cada subárea são resultado da sua relativa proximidade geográfica dos centros metropolitanos israelitas assim como do período em que foram estabelecidos. Com efeito, podemos identificar pelo menos seis micro-regiões geográficas distintas da Cisjordânia em que ocorreu colonização (Fig. 1).

1. *Etzion* — Um grupo de colonatos a Sul de Jerusalém, o primeiro dos quais foi fundado imediatamente após a Guerra dos Seis Dias. Visto que havia colonatos judeus nesta região antes de 1948, existe um consenso alargado em Israel relativamente à sua retenção futura.

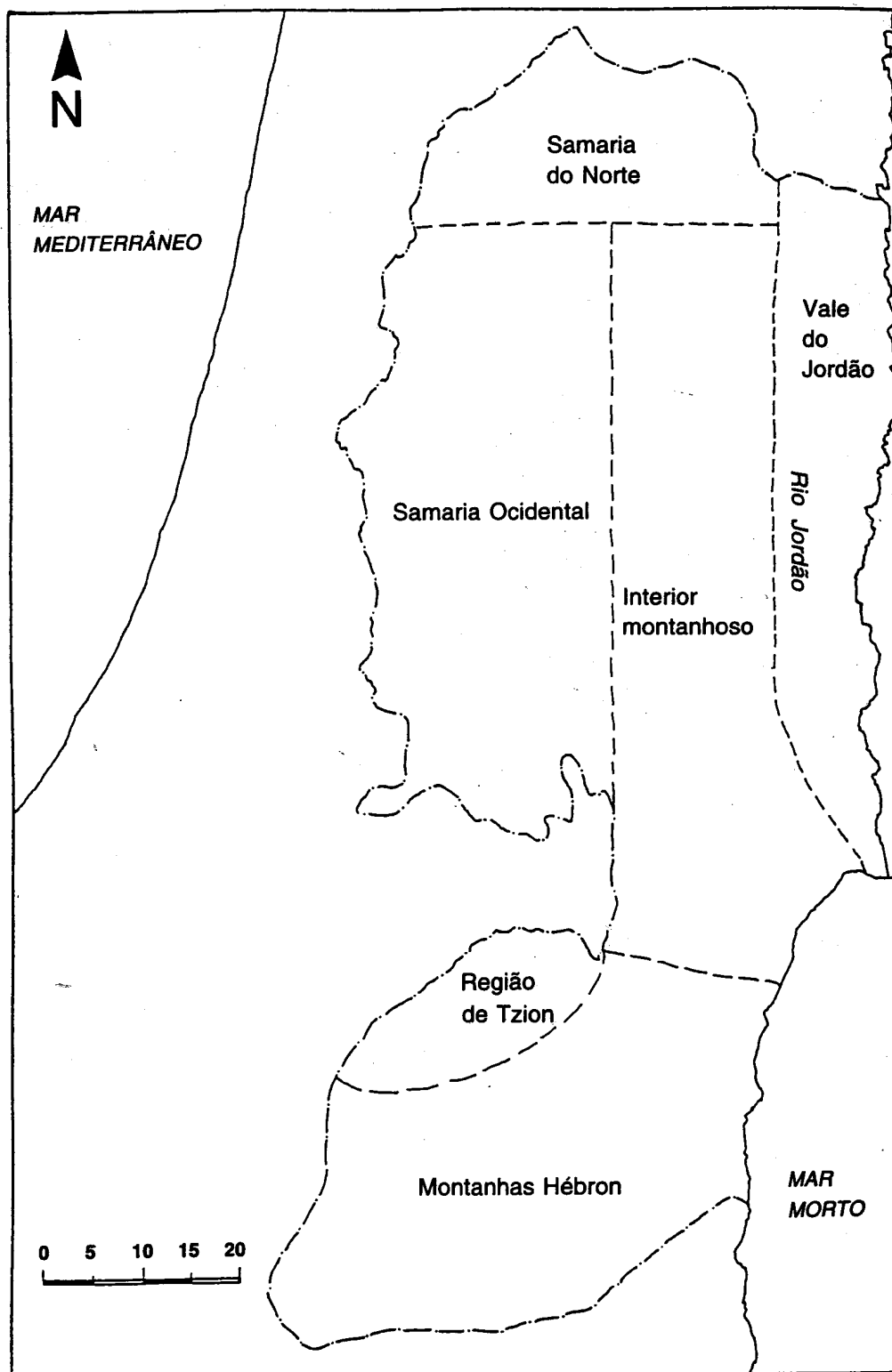
2. *Vale do Jordão* — Os colonatos no Vale do Jordão foram fundados como parte do Plano Allon com o objectivo de defender a nova fronteira oriental ao longo do Rio Jordão. Á maior parte dos colonatos são pequenas aldeias agrícolas, muitas das quais fundadas entre 1967 e 1977 pelos governos trabalhistas.

3. *Samaria Ocidental* — Á maior parte dos colonatos desta região foram fundados durante o período de 1980 a 1984, no seguimento da abertura da Cisjordânia à iniciativa privada. Esta região é a mais próxima da metrópole de Telavive e conta com o maior número de colonatos judeus.

4. *Interior montanhoso* — Região a Norte e Noroeste de Jerusalém. Colonizada pelo movimento religioso-nacionalista Gush Emunim no seguimento da tomada do poder pelo governo Likud em 1977. Estes colonatos são principalmente aldeias-dormitório.

5. *Samaria do Norte* - As aldeias aqui existentes também foram todas fundadas no período pós-1977. No entanto, esta região não tem acesso a nenhuma das duas cidades principais (Jerusalém e Telavive) e é menos agradável como proposta de colonização.

Fig. 1 Divisões micro-regionais das populações de colonos na Cisjordânia
(segundo Portugali & Newman, 1987)



6. *Montanhas a Sul de Hébron* – A região que se estende entre Hébron, a Norte, e a extremidade meridional da Cisjordânia. Aqui a colonização está concentrada na região de Yattir. Os colonatos são povoados por adeptos do Gush Emunim altamente empenhados ideologicamente – em contraste com a periferia da Samaria do Norte.

Durante o período de 1990 a 1992, houve uma alteração significativa do peso relativo de cada uma destas micro-regiões no processo global de colonização. Em 1986, aproximadamente 80% a 85% dos colonos residiam no interior da área metropolitana de Telavive e Jerusalém – isto é, na Samaria Ocidental, em Etzion e na parte ocidental da região montanhosa. Em 1991, este número tinha diminuído para aproximadamente 60% dos colonos. Esta alteração relativa nos padrões de distribuição residencial é muito importante quando se discutir uma eventual retirada parcial dos territórios (ver última secção deste ensaio) que leve em conta as áreas de forte presença de colonos judeus.

3. Tipo de colonatos

Os colonatos israelitas caracterizam-se pela sua diferenciação das aldeias e vilas palestianas, por um lado, e pela sua diversidade interna, por outro. O acentuado contraste físico entre as casas de estilo ocidental com telhados vermelhos e as residências palestianas que se fundem com a paisagem é notável. Esta perspectiva impressionista é reforçada pelo facto dos colonatos israelitas terem sido construídos num período de tempo extremamente curto, o que resultou numa alteração ambiental importante para a paisagem local. Os colonatos israelitas são muito bem planeados com base em modelos «chave na mão» centralizados, que, desde o início, prevêm a maior parte das necessidades de infra-estruturas – estradas, comunicações, electricidade, água, etc. Em contraste, a maior parte das vilas e aldeias palestianas resultaram de um processo de expansão moroso e espontâneo, que nem sempre foi acompanhado pelo crescimento paralelo das redes de infra-estruturas.

A colonização israelita na Cisjordânia pode ser dividida em cinco categorias principais.

a) Aldeias agrícolas

Os primeiros colonatos fundados por Israel, segundo o Plano Allon, eram principalmente comunidades agrícolas colectivas – kibbutzim e moshavim. Estas comunidades foram estabelecidas numa linha Norte-Sul ao longo do Vale do Jordão (assim como nos Montes Golan). Quatro dos colonatos da região de Etzion são também kibbutzim, com uma estrutura baseada em grande parte na produção agrícola - nalguns casos pelo cultivo de campos a grande distância das comunidades propriamente ditas, que são situadas dentro das fronteiras pré-1967. O

desenvolvimento, mais tarde, da região montanhosa de Hébron e da Faixa de Gaza também consistia - em parte - de pequenas comunidades agrícolas. Em regra geral, as aldeias agrícolas (kibbutzim ou moshavim) são de pequena dimensão, não ultrapassando mais de algumas dezenas de famílias cada.

b) Comunidades «rurbanas» (dormitórios)

Em termos numéricos, a maioria dos colonatos da Cisjordânia são comunidades «rurbanas». «Rurbana» significa uma comunidade localizada num enquadramento especial rural mas com características funcionais (sócio-económicas) urbanas - daí a mistura de aspectos rurais e urbanos - «rurbano» (Newman, 1984b; Applebaum & Newman, 1989). Estas comunidades estão situadas em toda a Cisjordânia e Gaza, à excepção do Vale do Jordão. Em termos funcionais, estes colonatos são comunidades «dormitório», em que a maior parte da população adulta viaja diariamente para o seu local de trabalho dentro de Israel metropolitano (Newman, 1984a). Estas comunidades variam em dimensão. Em geral existe um efeito clássico de decadência provocada pela distância: quanto mais próximo está o colonato dos centros urbanos, maior é a comunidade. As comunidades periféricas (na Samaria do Norte, montanhas de Hébron e Faixa de Gaza) são relativamente pequenas, enquanto a área mais próxima da «linha verde» dispõe de comunidades com trezentas a quatrocentas famílias cada.

c) Municipalidades

Dentro da Cisjordânia existe uma série de colonatos que foram construídos com o intuito de se tornarem cidades. Cerca de 67 000 (60%) colonos residiam em apenas treze (de um total de 142) colonatos urbanos no final de 1991. Destes, os mais notáveis são Ariel, no norte da região da Samaria Ocidental, e Kiryat Arba, muito próximo de Hébron, no Sul. A vila ultra-religiosa de Emanuel e o centro urbano da região de Etzion - Efrat - também sofreram um crescimento brusco. De proporções totalmente distintas são as vilas construídas próximo de Jerusalém, mas com estatuto municipal separado, tais como Ma'aleh Adumim, a leste da cidade, e Giv'at Ze'ev a norte. Em todas estas vilas, a população varia entre alguns milhares de habitantes e mais de 15 000 habitantes (Ma'aleh Adumim), abrangendo assim o grosso da população de colonos da Cisjordânia.

d) Colonização nas vilas árabes

Embora fora dos limites deste ensaio, deve ser também mencionada a colonização que teve lugar no coração das cidades árabes - e que conduziu a muitos conflitos directos e a muita tensão. Os dois exemplos claros deste fenómeno foram a colonização de partes árabes de Jerusalém-Leste e a construção de um bairro judeu no centro de Hébron (Falah, 1985; Romann, 1985). Embora o número total de colonos seja insignificante em relação ao total da população de colonos, estas

pequenas comunidades são muitas vezes compostas pelos colonos judeus mais empenhados e portanto mais fanáticos.

e) Subúrbios de Jerusalém-Leste

Para além das vilas independentes mencionadas em c) supra, Israel fez um esforço concertado no sentido de construir bairros judeus em toda a área municipal dilatada de Jerusalém. São de notar especialmente os bairros de Ramot, Talpiot-Lest, Giloh e Ramat Eshkol. Estes bairros circundam a cidade de tal modo que cercam os bairros árabes, tornando qualquer divisão futura da cidade extremamente difícil de executar. Embora este trabalho não se debruce sobre os bairros judeus de Jerusalém-Leste, é importante notar que estas áreas contêm mais de 130 000 residentes – para além dos 112 000 distribuídos pelos outros colonatos da Cisjordânia.

4. Características da população

Foi efectuada uma série de levantamentos durante a década de 1980 que permite traçar um quadro geral da população de colonos. Em muitos aspectos, o perfil da população de colonos da Cisjordânia não é idêntico ao da população judia de Israel no seu conjunto. Entre os colonos da Cisjordânia contam-se mais famílias de classe média e uma percentagem mais elevada de pessoas com estudos universitários do que a média da população israelita. Os colonos também são mais jovens e têm famílias maiores do que a média nacional israelita.

Em relação à estrutura de idades da população, o levantamento da Portugalí & Newman (1987) mostrava que 86% da população masculina e mais de 90% da população feminina abrangida tinha 40 anos ou menos, comparado com 74% da população total israelita com menos de 45 anos (incluindo crianças). Por outro lado, não se encontraram grandes vestígios do grupo de adultos mais novos (por volta dos 24 anos) em nenhum dos levantamentos. A maior parte dos colonatos é do género comunidade (*kehillati*), colonatos em que os habitantes constroem a sua casa e têm um emprego lucrativo. Estas comunidades favorecem o estabelecimento de unidades familiares e não de jovens casais (ou solteiros) que ainda não entraram no mercado de trabalho nem constituíram família.

A família média é grande comparada com a média do mundo ocidental. Cerca de 63% das famílias de colonos têm três filhos ou mais, comparado com apenas 15% em Israel (a média nacional é de 2,26 filhos por família). A idade dos pais sugere que a dimensão da família continuará a crescer, especialmente quando se trata dos colonatos religiosos *em* que a dimensão média das famílias é maior. Esta correlação é confirmada pelo facto de que nas duas micro-regiões em que os colonatos são principalmente compostos de habitantes não religiosos o Vale do Jordão e a Samaria do Norte 80% das famílias

tinham três filhos ou menos, comparado com uma média de três filhos ou mais por família nas outras regiões.

A estrutura ocupacional da população de colonos é altamente diversificada. O facto dos colonatos serem em grande parte comunidades-dormitório significa que os colonos podem continuar a trabalhar numa grande variedade de ocupações urbanas, embora se verifique uma predominância relevante da categoria «profissional» entre os abrangidos pelos inquéritos. De especial interesse é o facto da rede dos colonatos ter criado os seus próprios empregos, especialmente no campo da educação (praticamente todos os colonatos têm a sua própria escola) e uma série de empregos de escritório e administrativos relacionados com o funcionamento diário das comunidades.

III. Dinâmica de colonização

1. O processo de migração

A teoria clássica da migração sublinha a natureza dos factores «vai» e «vem» como influentes para a decisão da mudança (Jones, 1990). Os factores «vai» são as circunstâncias no local de origem que levam uma pessoa a deixar a sua residência actual. Os factores «vem» no local de destino têm influência na atracção do migrante para uma região ou colonato específico. No levantamento de Portugali & Newman (1987), pediu-se aos colonos da Cisjordânia que explicassem a sua decisão de mudança para essa região recorrendo a três factores explicativos.

1. *Ideologia* – Significa a crença na necessidade de se estabelecer na Cisjordânia, quer por razões políticas de demonstração de controlo territorial ou porque a acção é encarada como um dever religioso. Em ambos os casos, a colonização é concebida como forma de evitar qualquer compromisso territorial futuro que tenha por consequência uma soberania não-israelita na região. No entanto, embora não seja provável que os grupos que acreditam no direito divino à terra alguma vez mudem de ideias, os outros grupos que defendem o argumento estratégico poderão não revelar-se tão dogmaticamente rígidos nas suas ideias. Nos últimos anos, as implicações espaciais e territoriais tanto dos mísseis da *Intifada* como dos mísseis iraquianos alteraram algumas opiniões quanto ao papel «estratégico» da Cisjordânia.

2. *Baixo preço da habitação (BPH)* – Este factor reflecte os incentivos económicos oferecidos pelos governos israelitas desde 1977 para atrair colonos pouco receptivos ao apelo ideológico à bandeira. Os baixos preços dos terrenos, em relação aos praticados nas cidades israelitas, e as condições generosas na concessão de hipotecas, foram calculados para oferecer aos potenciais colonos a oportunidade de construir uma casa a um preço impossível de obter na cidade.

3. *Qualidade de vida (QDV)* – Este factor está fortemente ligado com o factor BPH. O QDV reflecte o desejo de muitas famílias urbanas trocarem

a cidade pelo campo, de viverem num colonato «rurbano» pequeno e pouco denso com um alto nível de serviços locais. Á semelhança do caso do BPH, tanto o elemento «vem» como o elemento «vai» operam aqui. Embora os colonos influenciados pelos factores BPH e QDV tomem a decisão de se mudarem como resultado da cenoura económica, obviamente não têm objecções políticas a estabelecerem-se na Cisjordânia. Não são suficientemente motivados apenas pelas considerações ideológicas, e é a percepção dos ganhos materiais que influencia a decisão final sobre a mudança. Ás pessoas totalmente contra a colonização não concordarão em residir na Cisjordânia seja em que condições for.

Praticamente metade do total de participantes respondeu que a sua decisão de mudar foi devida ao imperativo ideológico de colonização da Cisjordânia. Este número é muito mais elevado nos colonatos pequenos do que nos urbanos. Ao nível de análise micro-regional, o número mais baixo era no Vale do Jordão, onde os colonos chegaram como parte do Plano Allon do governo trabalhista e não como resultado de uma consciencialização política relativa aos territórios durante o período pós-Likud. Um terço dos participantes responderam que a consideração QDV os influenciou a mudarem-se para os pequenos colonatos «rurbanos». Este número varia de praticamente metade dos participantes urbanos para apenas 20% nalguns dos colonatos Gush Emunim com uma orientação ideológica. Apenas 12% dos participantes responderam que o incentivo financeiro de uma casa barata os influenciou a decidir emigrar. Este número foi mais elevado (19%) nos colonatos urbanos do que nas aldeias mais pequenas³.

2. Definição de área suburbana

Os factores BPH e QDV foram bem expressos durante a primeira parte da década de 1980 por um slogan de um anúncio publicado na maior parte dos jornais diários, que promovia o conceito de viver «a cinco minutos de Kefar Sava». Esta cidade, localizada na zona da região metropolitana de Telavive, encontra-se muito próxima da anterior fronteira da «linha verde» que separava Israel da Cisjordânia. Os preços de terrenos em Kefar Sava eram — e continuam a ser — inflacionados. A família média israelita não tem dinheiro para construir uma casa independente em Kefar Sava devido ao preço proibitivo dos terrenos. Mas a cinco minutos de distância podia-se comprar um terreno por uma fracção do preço, sem que o acesso ao coração de Telavive fosse afectado. Tudo o que implicava era atravessar a «linha verde» e assim tornar-se um colono na Cisjordânia.

O síndrome «a cinco minutos de Kefar Sava» reflectia o processo de emigração global em funcionamento. durante este período de colonização. Os padrões de, emigração mostram um movimento acentuado dos centros metropolitanos para o interior a eles adjacentes,

ou seja, movimento suburbano para o campo circundante. A teoria clássica de suburbanização concentra-se na concorrência do preço dos terrenos, como um factor importante para a determinação do padrão segregado de residências, indústria e comércio na região metropolitana. Conforme os terrenos se tornam mais caros, os chefes de família não conseguem competir com os interesses comerciais que procuram terrenos próximos do centro da cidade (Cartel, 1975). Os chefes de família também procuram deixar o ambiente urbano congestionado e altamente populado e adquirir (ou construir) uma casa num local sossegado e «rural». O preço dos terrenos na orla urbana é mais barato do que no centro da cidade, para além de estarem disponíveis em maior quantidade. Assim, a chefe de família médio é descrito como pesando os custos relativos (distância do emprego e centro de serviços medida em termos de tempo e custo monetário) e os benefícios (terrenos mais baratos à escolha em maior quantidade) para tomar uma decisão em relação ao local de residência.

Este processo de tomada de decisão presume que estamos a lidar com um espaço urbano perfeito e que há terrenos à disposição em quantidades iguais a distâncias equivalentes em toda a zona urbana. Mas não é este o caso na maior parte das vezes. Obstáculos institucionais, políticos e mesmo topográficos favorecem certas direcções em relação a outras dentro do processo de expansão residencial. Tanto na região urbana de Telavive como na de Jerusalém existiam severos limites à respectiva expansão em certas direcções antes de 1967. A fronteira política entre Israel e a Jordânia constituía um factor limitativo importante em ambos os casos. No caso de Telavive, a área metropolitana não se podia expandir para Leste devido à fronteira da «linha verde» que separava a planície costeira da Cisjordânia. Assim, a maior parte da expansão ocorreu para norte e para sul da cidade, criando uma região metropolitana com o aspecto de uma faixa ao longo da costa. No caso de Jerusalém, a expansão urbana estava limitada a uma única direcção — Oeste — encontrando-se a cidade limitada para Norte, Sul e Leste pela fronteira política.

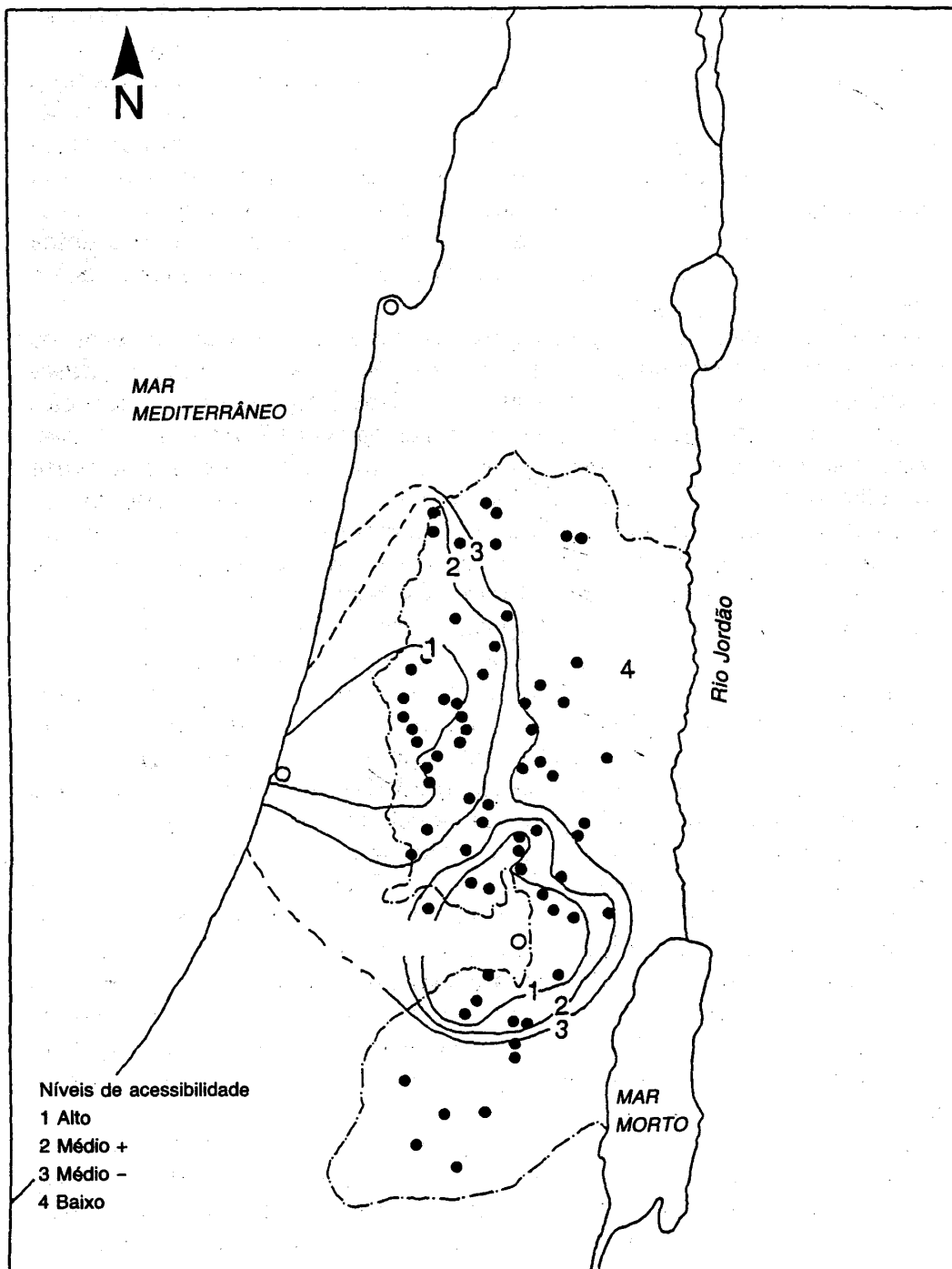
As condições geográficas pelas quais se regia o mercado de terrenos urbanos em Israel mudaram na era pós-1967. Às implicações desta mudança apenas se tornaram claras depois de 1977 e após a execução da política do governo Likud de colonizar toda a Cisjordânia. O interior urbano «natural» tornou-se no novo ponto fulcral para grande parte da actividade de colonização. A criação de colonatos-dormitório nestas áreas atraiu colonos potenciais que não queriam cortar completamente as ligações com o seu local de trabalho ou actividades sociais anteriores. Apenas se estavam a mudar para os subúrbios, comprando um terreno (ou casa) ao preço de um apartamento na cidade, e viajando diariamente (não mais de 45 minutos de tempo de viagem) para o seu local de trabalho. Pela sua parte os governos não tinham de investir grandes somas de dinheiro na criação de novas oportunidades de

emprego. Um estudo efectuado pela Applebaum & Newman (1989) sobre a acessibilidade relativa das comunidades «rurbanas» demonstrava claramente a propensão para um local de colonização dentro dos limites mais acessíveis do interior metropolitano (Fig. 2).

Em termos de planeamento, Portugali (1991) provou que — paradoxalmente — este processo de colonização suburbana reforçou o centro geográfico do país (através da expansão do interior metropolitano) à custa das regiões periféricas como a Galileia e o Negev. Por uma série de razões sócio-económicas e políticas, a política do governo israelita tem sido sempre de promover a dispersão da população do centro para a periferia, em grande parte através da oferta de terrenos baratos para construção de casas, benefícios fiscais a proprietários e industriais, etc. Foram oferecidos incentivos económicos semelhantes aos colonos da Cisjordânia, embora grande parte desta região não constitua de modo algum parte da periferia do país, não contribuindo assim significativamente a respectiva colonização para a dispersão populacional à escala nacional. Após atravessarem a «linha verde», os colonos escolhem então o local mais conveniente — ou seja, acessível — em que o custo (em termos de distância, tempo de viagem, etc.) seja mínimo. Como consequência, a grande maioria de colonos optou pelos locais próximos dos centros urbanos, para além da fronteira da «linha verde». Reichmann (1986) apelidou este processo de «suburbanização descontinuada», em que a travessia da antiga fronteira da «linha verde» causa uma descontinuidade repentina no mercado de terrenos, caracterizada por uma queda dos preços súbita e extremamente acentuada. A combinação da proximidade desta região do coração urbano com os preços dos terrenos e incentivos económicos normalmente acessíveis apenas nas regiões mais remotas, transformou-a numa proposta aliciante para o potencial comprador de casa.

Colônias nos subúrbios: DAVID NEWMAN
Comentários sobre vinte e cinco anos
de colonatos judeus na Cisjordânia

Fig. 2 Suburbanização de colonatos judeus na Cisjordânia Nível de acessibilidade
(segundo Applebaum & Newman, 1989)



Dentro da Cisjordânia o governo tentou compensar o efeito da decadência provocada pela distância introduzindo uma política de assistência diferencial para novos colonos. A Cisjordânia foi dividida em três zonas, de Oeste para Leste. Na zona mais próxima dos centros metropolitanos (ou seja, o limite exterior do interior urbano), a assistência pública em termos de hipotecas e terrenos baratos era limitada. Na região de menor acessibilidade, a assistência pública sob a forma de subsídios e empréstimos adicionais foi grandemente incrementada. No entanto, mesmo esta assistência diferencial não foi suficiente para compensar o efeito geográfico da distância. Nas áreas mais acessíveis os incentivos ainda excediam os custos relativos da mudança. Em contrapartida, poucos colonos estavam preparados para pagar o custo de se mudarem para uma região relativamente remota, mesmo em troca de uma casa e de um terreno grátis. Assim, a região da Samaria Ocidental tornou-se a melhor região para reestabelecimento. Por um lado beneficiava de condições que não se podiam obter dentro da «linha verde», mas por outro lado não era demasiado distante dos centros urbanos. Um estudo efectuado sobre os padrões de viagem diária da população de colonos (Portugali & Newman, 1987) apenas reforça o argumento relativo à dependência dos colonatos judeus do centro urbano o israelita para o seu funcionamento do dia a dia. Tanto Telavive como Jerusalém expandiram a sua «bacia de captação espacial» em termos do seu funcionamento como focos tanto para a actividade de consumo como para a de produção. Um local especialmente atraente é o interior externo de ambos os centros urbanos. Os colonos aqui podem escolher entre os benefícios oferecidos aos trabalhadores e/ou consumidores em qualquer uma das duas cidades principais respectivamente, enquanto as famílias ficam menos dependentes de um único centro de actividade. Esta dependência global das viagens diárias em todas as esferas de actividades apenas serve para reforçar ainda mais a impressão de que a localização da Cisjordânia em relação às cidades principais israelitas foi o factor que mais contribuiu para a colonização a uma escala relativamente grande da região. É inconcebível que uma região periférica, sem oportunidades de emprego urbano e a uma distância de viagem razoável, pudesse ter atraído nem que fosse uma percentagem dos mais de 100 000 colonos que agora residem na Cisjordânia. Esta mistura única de colonização numa região que é contígua ao centro económico e político do país colonizador permitiu a manipulação de processos sócio-económicos como meio para atingir objectivos políticos.

3. A colonização como agente de controlo

A colonização tem uma função de controlo importante. No contexto israelita, a colonização foi muitas vezes encarada como uma função civil *que complementa*, reforçando-o, o sistema de controlo militar (Newman, 1989). O estabelecimento de civis num território-ocupado é suposto conferir um tipo de «legitimidade» que a presença militar por si só não proporciona. O «aprofundamento de raízes» numa região é suposto criar uma crescente ligação entre o indivíduo (ou grupo) e o seu ambiente circundante. Estas ligações tornam-se mais fortes com o tempo. Os colonos de segunda e terceira geração, nascidos em território ocupado, acabam por considerar o seu local de nascimento como a sua «região de residência» natural, à semelhança das outras populações indígenas. No contexto israelita, a colonização desempenha uma função dupla de controlo. Em primeiro lugar, a colonização sempre constituiu uma parte integrante do processo de edificação nacional através do qual o território é integrado no domínio colectivo. (Kimmerling, 1979; 1983; Hasson & Gosenfeld, 1980). A fundação de comunidades agrícolas teve um significado importante para o controlo político. A agricultura denotava um tipo de presença em que a paisagem não constituía apenas um local para a construção de uma casa de família, mas proporcionava o mecanismo fulcral para reforçar a ligação entre o colono e a terra. As actividades agrícolas permitiam também que se controlassem extensões territoriais muito maiores do que nos casos de simples comunidades residenciais. Podiam-se rodear grandes áreas com cercas e declará-las «domínios privados», permitindo assim um controlo alargado eficaz — independentemente de ser ou não atingida uma maioria (ou mesmo uma igualdade) demográfica.

Uma segunda e mais directa função de controlo da colonização exerce-se a curto prazo. A fundação de colonatos em regiões distantes e remotas servia propósitos defensivos directos. Esta ideia surge do papel desempenhado por colonatos individuais durante a Guerra da Independência de Israel. Através das décadas de 1950 e 1960 foram fundados novos colonatos em locais que eram considerados «estratégicos», sendo esta política continuada pelo governo trabalhista pós-1967 com a fundação de colonatos ao longo da nova fronteira oriental tanto nos Montes Golan como no Vale do Jordão (Allon, 1976; Harris, 1980). Nesta perspectiva, a colonização dos territórios ocupados pode ser dividida em dois grupos, dependendo da natureza funcional da comunidade — agrícola ou simplesmente residencial. Os colonatos dos Montes Golan, do Vale do Jordão e - até um certo ponto alguns dos colonatos da Faixa de Gaza e das montanhas de Hébron, são comunidades agrícolas, o que permite aos colonos demarcarem extensões de terra, relativamente grandes, a serem cercadas e controladas. A massa demográfica propriamente dita dos colonos é relativamente pequena em todas estas áreas.

Mas o grande volume de actividades de colonização — as comunidades de dormitórios suburbanos da orla metropolitana não ocupam mais do que a área construída. Os colonos não só não são agricultores, como não fazem quaisquer tentativas de se tornarem agricultores visto não haver nesta região montanhosa terras agrícolas à disposição para cultivo. Embora se tenha desenvolvido uma paisagem de colonatos e um sentimento de controlo ao longo das artérias de transporte Este-Oeste de Israel para a Cisjordânia, o «aprofundamento de raízes» (em sentido literal) nas terras circundantes não acontece. Os colonos dos colonatos dormitório olham para a paisagem circundante da janela dos seus automóveis enquanto viajam entre a casa e o local de trabalho, mas não se ligam intimamente à área sobre a qual querem exercer um controlo absoluto. Paralelamente, a sua presença territorial na região é suposto tornar cada vez mais difícil para qualquer governo israelita retirar-se da região. Com este objectivo em mente, alguns colonos israelitas trataram de angariar fundos para comprar terrenos privados na Cisjordânia em meados da década de 1980, obtendo assim direitos legais à propriedade das terras. Tal actividade foi abruptamente interrompida com a irrupção da *Intifada*.

O papel defensivo e de «segurança» dos colonatos da Cisjordânia é questionável, não só no caso das comunidades-dormitório mas também no das comunidades agrícolas localizadas ao longo das fronteiras. Estas últimas «foram originalmente fundadas no âmbito de uma estratégia de defesa regional visando criar uma linha capaz de impedir temporariamente o avanço de qualquer exército invasor. Embora possa ter sido este o caso em 1948, o avanço na tecnologia militar tornou os pequenos colonatos civis incapazes de desempenhar este papel.

Esta incapacidade foi evidenciada durante a guerra de Outubro de 1973 (Yom Kippur), com a invasão de alguns dos colonatos israelitas nos Montes Golan pelo exército sírio (Newman, 1989). Posteriormente, os mísseis iraquianos puseram também em questão os benefícios estratégicos proporcionados pela retenção de uma zona tampão relativamente pequena.

O aspecto da «segurança das comunidades-dormitório suburbanas é ainda mais suspeito. Muitos colonatos israelitas são propositadamente construídos no cume dos montes, visíveis a quilómetros de distância, para demonstrar superficialmente - a sua presença na região e o seu papel de agentes de controlo territorial. Mas em vez de assumirem um papel defensivo, são imediatamente providos de pessoal militar, o qual monta uma guarda contínua à entrada do novo colonato para impedir a actividade terrorista. Encarados deste ângulo, os colonatos, em vez de funcionarem como «o» agente controlador, constituem um problema de segurança. Tal tornou-se evidente após o início da *Intifada*, que teve por consequência tornar as estradas da Cisjordânia relativamente pouco seguras para viajantes israelitas. A maior parte dos israelitas passaram a evitar atravessar a Cisjordânia, mas os colonos não têm tal opção. Se

quiserem chegar ao seu local de trabalho de manhã e voltar para casa à noite, têm de viajar pelas estradas locais. Mas a quantidade de viagens não-essenciais sofreu uma vasta redução, conduzindo a uma situação em que os colonos estão confinados aos seus colonatos, apesar do facto de serem supostos ser a população «controladora».

Como reacção, as autoridades israelitas aceleraram o processo de construção de novas estradas que passam ao largo das principais vilas e aldeias árabes. Em consequência, a população «controlada» evita totalmente os principais centros populacionais que é suposto controlar. Assim, as melhorias à infra-estrutura de transportes servem para isolar ainda mais uma população da outra, contribuindo para o reforço da dualidade na Cisjordânia e assim, paradoxalmente, para o enfraquecimento do controlo israelita na região.

IV. Reflexões sobre vinte e cinco anos de processo de colonização

Imediatamente após a guerra de Junho de 1967 e no seguimento da fundação das primeiras comunidades de colonos na região de Etzion, os observadores da altura dificilmente teriam podido prever o processo de colonização em massa que teria lugar durante o quarto de século seguinte. Na altura, existia em Israel, no máximo, um consenso alargado acerca da área de Gush Etzion e de uma Jerusalém Unida futuramente governada por Israel. O resto da Cisjordânia e toda a Faixa de Gaza estavam claramente sobre a mesa das negociações, encontrando-se bem reflectida esta ideia nas delimitações geográficas claras do Plano de Allon que foi seguido até ao aparecimento do movimento Gush Emunim em 1974 e à queda do governo trabalhista cerca de três anos mais tarde. O impulso subsequente para uma colonização alargada, dado pelos governos Likud, alterou radicalmente a geografia humana da região, tendo emergido uma paisagem política de colonização. Ao reflectir sobre as implicações deste processo, pode ser delineada uma série de temas importantes. Cada um destes temas contém um dilema ou um paradoxo específico na articulação entre o papel dos colonatos, considerados como agentes de controlo e de integração/anexação espacial, e as realidades funcionais que neste momento se fazem sentir nesses mesmos colonatos. O ponto final a ser discutido diz respeito ao impacto destes colonatos no actual processo de paz.

1. A formação do espaço duplo

Nada põe em maior realce a contradição política inerente à política de colonização israelita na Cisjordânia do que a paisagem dupla que emergiu naquela região ao longo dos últimos vinte anos. Esta paisagem dupla é

visível em todos os aspectos da vida quotidiana, tanto ao nível formal como informal. Ao nível formal, dois sistemas paralelos de administração cívica (ver supra) operam no mesmo território. Aos habitantes judeus e palestinos da região aplicam-se dois sistemas jurídicos diferentes. Ao nível informal, nem os israelitas nem os palestinos utilizam os serviços prestados pelos outros, nem fazem compras em lojas localizadas nas aldeias dos outros. A consciência de espaço partilhado não existe e cada um vive numa forma artificial de espaço sectorial, muitas vezes divorciado até da paisagem física circundante (Portugali & Newman, 1987).

Tal dualidade é contrária a todos os modelos normais utilizados na teoria de planeamento. Os padrões clássicos e idealizados de colonização regional realçam uma forma de hierarquia geométrica em funcionamento, a partir da qual muitas aldeias pequenas e espalhadas se alimentam de centros regionais, que por sua vez focam as suas actividades numa capital regional ou centro metropolitano. Deste modo, os padrões de produção e consumo são maximizados dentro de uma dada unidade regional, explorando totalmente as economias de escala espaciais. No caso de uma paisagem dupla, cada grupo étnico relaciona-se com o espaço circundante de maneira a ignorar totalmente a existência do outro grupo. Assim, as economias de escala para serviços básicos dependem de limites mínimos a serem atingidos por cada uma das populações separadamente, provocando uma escassez de serviços ou, em alternativa, dois sistemas paralelos de serviços com um funcionamento ineficaz e um custo elevado tanto para os residentes como para o governo central.

Mais ainda, a orientação espacial básica de cada uma das duas populações diverge em relação à região dentro da qual residem. Para os colonos israelitas/judeus, a Cisjordânia (e até certo ponto a Faixa de Gaza) constituem a periferia suburbana do centro metropolitano de Telavive ou de Jerusalém. A maior parte dos colonos viajam diariamente para o trabalho no centro metropolitano, e encaram este centro como constituindo o centro urbano «natural» de satisfação da maior parte das respectivas actividades de produção e consumo. Por seu lado, os palestinos encaram as suas próprias vilas locais (Nablus, Ramallah, Jerusalém-Leste e Hébron) como sendo os centros urbanos «naturais» para as respectivas actividades quotidianas. As deslocações ao centro metropolitano de Israel são encaradas como uma necessidade e não uma escolha. Se existissem oportunidades de emprego suficientes no seu próprio ambiente residencial, estas oportunidades seriam provavelmente preferidas. Para os palestinos, portanto, as respectivas orientações espaciais são internas, dentro da região, correspondendo a modelos clássicos de crescimento espontâneo de padrões de colonização. Para os colonos israelitas, a respectiva orientação espacial é externa, constituindo a região nada mais do que uma zona adicional de alimentação de um centro urbano distante.

A mistura da dualidade económico-funcional e política apenas serve para reforçar a separação das duas populações. Para que os padrões de

controlo sejam executados com êxito, seria necessário um grau muito mais elevado de integração da população de colonos nas estruturas funcionais, locais e regionais. Pelo contrário, os processos étnicos sectoriais realçam a dependência da população de colonos de um centro político e económico externo, permitindo ao mesmo tempo que a população palestina internalize os seus próprios centros de actividade. A dualidade é portanto um factor importante que contribui para a evolução lenta de um centro territorial palestino independente e identificável, no qual estão localizadas as componentes funcionais de um Estado futuro.

Na eventualidade de uma solução política a curto prazo, as implicações desta situação seriam que tanto as entidades da Cisjordânia (palestina) como a israelita continuariam a depender uma da outra no plano económico. A frente de uma infra-estrutura de indústria e de emprego local, os residentes palestinos da Cisjordânia continuariam provavelmente a viajar para os centros de emprego israelitas. Por seu lado, as indústrias israelitas tentariam provavelmente manter um fluxo regular de mão-de-obra barata, quer através da retenção das ligações espaço-económicas existentes, quer através do investimento em fábricas na Cisjordânia. Este último processo poderia resultar num tipo de relação neocolonial localizada entre Israel, por um lado, e a Cisjordânia e Gaza por outro. Embora essa situação fosse altamente indesejada, em termos políticos, por parte dos palestinos, a alternativa - selar a fronteira com Israel, reorientando a economia em direcção à Jordânia — provocará provavelmente uma perturbação económica ainda maior, e portanto instabilidade política.

2. «Hityashvut» ou «hitnachalut» — o que significa um nome?

O processo de colonização da Cisjordânia é geralmente conhecido em Israel pelo termo hebraico «hitnachalut» (literalmente: terras ocupadas), em contraste directo com o processo geral de colonização que teve lugar em toda a Palestina durante o século XX e que é designado por «hityashvut». O primeiro termo, utilizado especialmente pelos grupos que se opõem ao processo de colonização da Cisjordânia, tem uma conotação negativa.

Enquanto «hityashvut» significa a formação de comunidades rurais, agrícolas e auto-sustentáveis, «hitnachalut» passou a denotar uma forma política e não-consensual de actividade colonizadora (Tzur, 1980). São principalmente os colonatos Gush Emunim que são denominados «hitnachalut», enquanto as comunidades agrícolas do Vale do Jordão e dos Montes Golan — originalmente estabelecidas pelos governos trabalhistas pré-1977 — nem sempre são incluídas nesta categoria.

Para os proponentes da colonização na Cisjordânia e em Gaza, a utilização do termo «hitnachalut» tem conotações tanto negativas como positivas. Os Gush Emunim sempre se consideraram como os

continuadores pioneiros «naturais» do empreendimento de colonização anterior à formação do Estado. Tal como os sionistas socialistas das décadas de 1930 e 1940, que estabeleceram colónias agrícolas, apesar da oposição das autoridades britânicas de então, a fim de reforçarem a reivindicação de controlo territorial sobre o futuro Estado de Israel, os Gush Emunim consideram que desempenham uma função idêntica na era moderna em relação à Cisjordânia e a Gaza. As críticas aos estilos de vida suburbana e às grandes casas independentes que se encontram em grande número nas comunidades da Cisjordânia em comparação com as dificuldades enfrentadas pelos pioneiros da colonização pré-Estado são postas de lado pelos colonos, que as consideram irrelevantes. A colonização, argumentam, tem um objectivo político, e deve ser executada utilizando os recursos tecnológicos e disponíveis mais rápidos. Acresce que muitos dos colonatos Gush Emunim originais foram fundados em condições relativamente difíceis, com os habitantes a viverem até cinco anos em casas pré-fabricadas, o que prova o empenhamento ideológico dos colonos e a sua disposição para viver em condições difíceis se a situação o exigir. Assim, a distinção entre «hityashvut» e «hitnachalut» não é reconhecida pela comunidade de colonos. - O termo «hitnachalut» também tem conotações positivas do ponto de vista dos colonos. O termo é tirado das Escrituras, da descrição das conquistas da Terra de Israel na antiguidade pelo povo hebraico liderado por Josué, no seguimento da estadia de quarenta anos no deserto. E a conquista liderada por Josué e a subsequente divisão da terra pelas doze tribos que constituem parte da base histórica das reivindicações nacionais-religiosas actuais à «totalidade» do território de Israel (para além das fronteiras políticas do «Estado» de Israel e incluindo claramente a Cisjordânia). Os colonos consideram assim a sua actividade como constituindo o equivalente moderno da conquista de Josué e significando o restabelecimento de uma posição na «terra dos antepassados», capaz de assegurar a controlo judeu futuro, e mesmo a soberania, em toda a região.

Embora as traduções literais dos termos «hityashvut» e «hitnachalut» não se adaptem totalmente, argumenta-se que a distinção entre os dois termos é praticamente paralela à existente entre os conceitos de «povoamento» e «colonização». O primeiro é considerado um processo essencialmente positivo de construção da nação, focando-se no desenvolvimento gradual de estruturas económicas e sociais. O segundo termo é basicamente negativo, descrevendo a natureza política da extensão do poder a territórios ainda não conquistados, inclusivamente habitados por outros grupos nacionais ou étnicos. Muitos israelitas têm dificuldade em aceitar que toda a actividade de povoamento sionista ao longo do século XX tem sido basicamente uma actividade de colonização, com tudo o que isso implica para os direitos das populações indígenas. Existe consenso entre a maior parte (senão todos) dos israelitas em relação ao «direito» de povoar (tanto no passado como no presente) todo

o território dentro das fronteiras pré-1967, independentemente das implicações políticas e sociais (na Galileia por exemplo, foi executado um processo de «Judaização» pelos governos israelitas desde meados da década de 1970). Este consenso israelita (judeu) interno não se estende à Cisjordânia e à Faixa de Gaza. Os opositores da colonização daquele território não hesitam assim em destacar a injustiça política de tal processo.

3. A teoria fronteiriça e o deserto (margem) ocidental

Shafir (1984) argumenta que o comportamento do colonizador judeu na Cisjordânia pode ser analisado utilizando a teoria fronteiriça desenvolvida por Turner (1962) com base na experiência americana do século XIX. A teoria fronteiriça argumenta basicamente que os colonizadores que chegam à região fronteiriça por desenvolver se comportam de acordo, com normas diferentes das normas em vigor no «centro» povoado. E o caso especialmente no que toca à ordem pública. Apenas mais tarde, com a chegada das instituições do Estado, é que a região é totalmente incorporada no centro político do país, perdendo as suas características fronteiriças.

Já muito foi escrito sobre o «vigilantismo» de parte do movimento de colonização (Weisburd, 1989; Sprinzak, 1986). Tanto ao nível individual como ao nível de grupo, muitos dos colonos judeus têm sido responsáveis por actos de violência contra a população palestina local, culminando com a descoberta da «Resistência Judia»** em 1984 e de novo, mais tarde, com a formação de milícias organizadas locais como reacção à violência da *Intifada*.

E evidente que os tribunais israelitas aplicam conjuntos diferentes de normas para a violência de colonos judeus. As sentenças passadas aos colonos são relativamente leves quando comparadas com as aplicadas aos palestinianos culpados de violência. Embora os líderes da «Resistência Judia», tivessem sido condenados a vinte anos de prisão, seis anos mais tarde estavam todos em liberdade.

Outros líderes receberam penas leves apesar de terem sido incriminados pela utilização ilegal de armas e mesmo pela morte de palestinianos⁴. Actos semelhantes por parte dos israelitas dentro da «linha verde» teriam provocado penas muito mais pesadas. Nesse sentido, a Cisjordânia e Gaza desempenham o papel de fronteira bem definida, em que o comportamento muitas vezes inaceitável dos colonos é indirectamente apoiado pelo sistema político e jurídico dominante.

Não só estes padrões de comportamento não são condenados por uma grande parte da população de colonos, mas em muitos casos são mesmo aplaudidos. Os colonos argumentam que não funcionam de uma maneira diferente da de muitos dos primeiros colonos pioneiros sionistas que fundaram comunidades em localidades periféricas e inacessíveis no início do século XX. O que é que era a organização «Hashomer», argumentam,

se não uma organização privada e para-militar cujo objectivo era defender os direitos dos colonos judeus face aos ataques das populações árabes? Tal «liberdade de movimentos», que ignora as normas aceitáveis de um sistema organizado de ordem pública é, segundo argumentam, uma componente necessária do longo processo que visa garantir o controlo definitivo israelita/judeu da região.

Mas o «fronteirismo» não é limitado ao comportamento de indivíduos e grupos que decidem tomar a lei em mãos. Num aspecto importante — o caso da propriedade de terrenos —, o próprio governo israelita tem agido com autoridade jurídica dúbia. Imediatamente após a ascensão do Likud ao poder em 1977, foi autorizada pelas autoridades a fundação de inúmeros colonatos novos Gush Emunim em territórios que eram claramente propriedade privada dos palestinianos locais. Estes últimos apelaram contra esta expropriação ilegal de terrenos junto do Supremo Tribunal de Israel. Embora o tribunal tenha reconhecido a ilegalidade da expropriação de terrenos privados para fins civis, decidiu a favor dos colonatos, argumentando que o colonato, neste caso, servia fins defensivos «bona fide» - o que era conforme à lei internacional (Gerson, 1987).

Subsequentemente, os governos israelitas fizeram um maior esforço para fundar novos colonatos apenas em terras classificadas como públicas ou do Estado, evitando assim a possibilidade de novos recursos judiciais. Mas também a definição do que constituía terrenos do «Estado» era em grande parte uma definição jurídica israelita⁵, que não estava necessariamente de acordo com as normas de propriedade dos residentes palestinianos da região. Tais padrões de controlo e administração não poderiam ter sido aplicados dentro das fronteiras pré-1967. Pode-se assim concluir que os padrões de controlo exibidos por Israel na Cisjordânia e em Gaza constituem uma espécie de «fronteirismo». Paradoxalmente, a falta de anexação formal da região por parte de Israel tem contribuído poderosamente para este processo se desenvolver. Se Israel tivesse anexado a região - aplicando-lhe a lei civil e não militar — tanto o governo como os colonos teriam de operar sujeitos a restrições jurídicas e formais muito mais rigorosas.

4. A «linha verde»: fronteira em ressurgimento ou desaparecimento?

Á extensão territorial do Estado moderno — e portanto a área sobre a qual se aplica a soberania — é definida pelas suas fronteiras. Uma fronteira internacional permite que o aparato do Estado «feche» ou «abra» eficazmente as suas linhas de comunicações e contactos com os Estados vizinhos. Os padrões de desenvolvimento que ocorrem nas regiões fronteiriças reflectem grandemente a natureza da política governamental (Prescott, 1987). Alguns Estados preferem atribuir menos

recursos às regiões fronteiriças por recearem que essa região se torne (ou talvez já se tenha tornado) um pólo de conflito. Outros Estados preferem desviar, conscientemente, recursos adicionais para essas regiões para demonstrar o seu controlo e presença territorial eficazes em todo o território, sem distinção entre a periferia e o centro. Apesar do perigo de conflitos transfronteiriços futuros, a promoção de povoamentos civis e colonização ao longo da fronteira, ou pelo menos muito próximo dela, é considerada um passo essencial na demonstração da soberania do Estado. Israel tem sempre adoptado esta última política. em relação às suas fronteiras. Na era pós-1948, durante o período de colonização em massa em todo o novo Estado, foi dada ênfase especial às regiões fronteiriças, como por exemplo a fronteira setentrional com o Líbano e a fronteira da «linha verde» com a Jordânia/Cisjordânia. A presença da fronteira da «linha verde» assumiu todas as características clássicas de uma fronteira «selada», com políticas de desenvolvimento e orientações espaciais diferentes em ambos os lados da fronteira. Nos seus estudos pós-1967, Brawer (1984; 1990) descreve claramente o impacto desta fronteira de dezanove anos sobre os padrões de desenvolvimento, especialmente no que se refere às populações árabes locais.

O resultado da guerra de 1967 foi de eliminar a presença da fronteira da «linha verde». Os governos israelitas declararam continuamente que a «linha verde» é um fenómeno geográfico artificial que pertence ao passado. Uma das políticas mais gritantes utilizada para realçar este ponto foi a remoção da «linha verde» de todos os mapas oficiais utilizados em Israel, incluindo os livros escolares. Às crianças israelitas nascidas na realidade geopolítica pós-1967 geralmente ignoram a presença da fronteira da «linha verde» e não seriam capazes de a localizar num mapa do país.

No entanto, a «linha verde» continua a ser uma imagem fortemente gravada tanto na mente dos israelitas como na dos palestinianos. Para os primeiros, descreve uma linha para além da qual se aplica um conjunto diferente de leis e em volta da qual o conflito israelo-árabe é posto em grande foco geográfico. Para os palestinianos, a «linha verde» representa a fronteira de qualquer futuro território autónomo ou soberano, a ser separado de Israel à semelhança do que sucedia antes de 1967. Nos anos mais recentes, a fronteira da «linha verde» foi posta em maior destaque do que durante os primeiros vinte anos da ocupação. Este facto resultou de uma série de processos:

a) Os governos israelitas têm uma consciência aguda de que não anexaram a Cisjordânia formalmente, e portanto de que a «linha verde» ainda tem um significado administrativo importante. Para lá da «linha verde», todos os assuntos civis respeitantes à população judia são formalmente tratados pela administração militar e não pelos Ministérios encarregues de tais assuntos (embora, na prática, o resultado seja exactamente o mesmo - o processo é um mero formalismo). Os cidadãos árabes de Israel pré-1967 usufruem de plena igualdade de direitos no

plano formal. Para além da «linha verde», os israelitas e palestinos são governados por administrações separadas, com critérios distintos.

Mesmo a delimitação dos conselhos regionais do governo local israelita na Cisjordânia corresponde exactamente à «linha verde», realçando assim a existência de uma fronteira, mesmo que apenas administrativa.

b) A política de colonização tem servido para realçar a distinção entre «para cá da linha verde» e «para lá da linha verde», apesar das tentativas que foram feitas para eliminar a fronteira antiga através do estabelecimento de colonatos muito próximos da «linha verde» e, nalguns casos, com secções desses colonatos a estenderem-se para ambos os lados da fronteira. O centro principal das comunidades-dormitório suburbanas na Cisjordânia são estes locais mais próximos da antiga fronteira. O facto dos colonos judeus atravessarem esta linha nas suas viagens diárias para o trabalho passa grandemente despercebido, especialmente após a construção e melhoria das artérias de transporte Este-Oeste que ligam Israel metropolitano à Cisjordânia. No entanto, estes mesmos colonos, pelo facto de residirem na Cisjordânia, são classificados como vivendo em «áreas em desenvolvimento» e podem portanto beneficiar de concessões tributárias, e outras vantagens que os seus pares israelitas, que residem a poucos quilómetros para Oeste (dentro da «linha verde»), não recebem.

Mais recentemente (1990) foi anunciado formalmente pelo Ministério da Habitação um projecto para estabelecer sete novas vilas para satisfazer as necessidades de habitação da população israelita durante a próxima década. Estas vilas estarão localizadas ao longo do trajecto da «linha verde», e serão ligadas através da construção de uma nova auto-estrada nacional Norte-Sul. O governo fez notar publicamente que este e outros desenvolvimentos semelhantes são indicativos da extinção definitiva da «linha verde». No entanto, poder-se-ia argumentar igualmente que tal política apenas serve para realçar a existência de tal linha, em virtude do facto de cada colonato proposto abraçar a antiga fronteira sem se estender para a Cisjordânia propriamente dita.

Provavelmente não houve nada que fizesse mais pela causa da «linha verde» do que a *Intifada*. A maior parte dos israelitas não-residentes na Cisjordânia já não viaja livremente para além da antiga fronteira. Durante o período de 1988 a 1991 tornou-se geralmente aceite que viajar na Cisjordânia era perigoso para os israelitas devido à ameaça de serem apedrejados ou mesmo atingidos por granadas. Consequentemente, muitos israelitas tomaram pela primeira vez consciência da existência desta linha invisível de separação. Essa consciencialização foi ainda mais forte para os palestinos. Em muitos casos, as autoridades israelitas impuseram medidas de recolher obrigatório em toda a Cisjordânia e Faixa de Gaza, negando aos residentes palestinos autorização para entrar em Israel. Como consequência de incidentes de violência, mesmo dentro de Israel propriamente dito, apenas os palestinos na posse de uma licença de

trabalho têm agora autorização de «atravessar para dentro» de Israel. Assim, a fronteira «não existente» assumiu funções fronteiriças mais definidas do que alguma vez tivera nos vinte anos anteriores. É naturalmente paradoxal que o grupo que mais contribuiu para a reemergência da «linha verde» seja precisamente aquele que tem maior interesse na sua extinção. No seguimento de incidentes de violência da *Intifada*, foram os políticos anexacionistas de direita que exigiram a imposição de restrições mais severas à livre movimentação de palestinianos da Cisjordânia e Gaza dentro de Israel, chegando mesmo alguns a exigir que os palestinianos fossem totalmente proibidos de atravessar a fronteira «inexistente». Embora a «linha verde» não tenha necessariamente de ser a fronteira futura do território, ela constitui claramente o ponto de partida para eventuais negociações nesse sentido. Poderá muito bem dar-se o caso de que a reimposição de um «bom obstáculo» seja o primeiro passo para estabelecer relações de «boa vizinhança».

5. A colonização e o processo de paz: alternativas sobre o tema da reversibilidade

Quando em meados da década de 1970 os Gush Emunim puseram em marcha uma colonização alargada, proclamavam categoricamente que o seu objectivo principal era criar realidades irreversíveis na paisagem da Cisjordânia. A colonização civil impediria que os futuros governos israelitas se retirassem de parte alguma daquela região. Esta política apoiava-se num dos princípios básicos da política de colonização sionista ao longo do século XX – designadamente que qualquer local onde fossem fundados colonatos se tornaria automaticamente parte do território colectivo judeu, para nunca ser cedido.

Apesar de alguns contratemplos – o mais notável dos quais foi a rendição dos colonatos de Gush Etzion à Legião Jordaniana em 1948 – este princípio tornou-se, de facto, parte integrante da política sionista. Mesmo o Plano Allon – que ligava o conceito das «fronteiras defensáveis» com a presença de colonatos civis – se baseava na premissa da «irreversibilidade» da colonização real. Por seu lado, os Gush Emunim compreenderam que a mera presença de algumas comunidades espalhadas não asseguraria necessariamente a irreversibilidade. Empenharam-se por conseguinte em promover a colonização por toda a região em números tão elevados quanto possível. Obviamente que quanto maior fosse a massa mais difícil seria inverter completamente a tendência. Uma indicação do objectivo final desta actividade de colonização pode ser recolhida através de uma análise aprofundada dos dados de Portugali & Newman (1987) sobre os pontos de vista dos colonos acerca do futuro dos territórios. Das seis opções que lhes foram apresentadas⁶, a maioria dos colonos optou por uma de duas preferências claras – ou a anexação total

do território e a imposição da soberania israelita, ou deixar a situação como está (sem alteração). A grande percentagem que optou por esta última opção estava totalmente consciente de que qualquer anexação formal centraria ainda mais a atenção mundial sobre o problema dos colonatos. A manutenção da situação presente permitiria que o processo de colonização continuasse sem impedimento, criando assim uma situação de anexação *de facto* e não *de jure* (Lustick, 1981). Cinco anos após este levantamento, o processo da anexação *de facto* ainda não terminou, mas está suficientemente avançado para constituir um obstáculo formidável – embora não impossível de ultrapassar – a qualquer processo de paz entre Israel e os palestinianos.

A alteração na orientação do movimento de colonização para a orla metropolitana durante o início da década de 1980 provocou a chegada de uma «massa» suficiente de colonos para começar a substanciar as reivindicações de irreversibilidade de todo o processo. A presença de mais de 100 000 colonos judeus na Cisjordânia (excluindo Jerusalém-Leste) tem claramente uma importância significativa na determinação de opções futuras. O facto de que tanto o governo dos Estados Unidos como todos os Estados árabes (incluindo a OLP) apontarem o processo de colonização como o maior obstáculo em todas as negociações de paz apenas tende a fortalecer ainda mais esta consciencialização das raízes e dos fins do processo de colonização. Em 1992 havia já israelitas de segunda geração que tinham nascido e crescido na Cisjordânia, região na qual estabeleciam já as suas próprias raízes familiares e que consideravam parte do seu território nacional «natural». Uma promoção ainda maior para a causa da «irreversibilidade» chegou com a série bem publicitada de artigos escritos pelo sociólogo Meron Benveniste que argumentavam ter o processo de colonização ultrapassado já a fase da «reversibilidade».

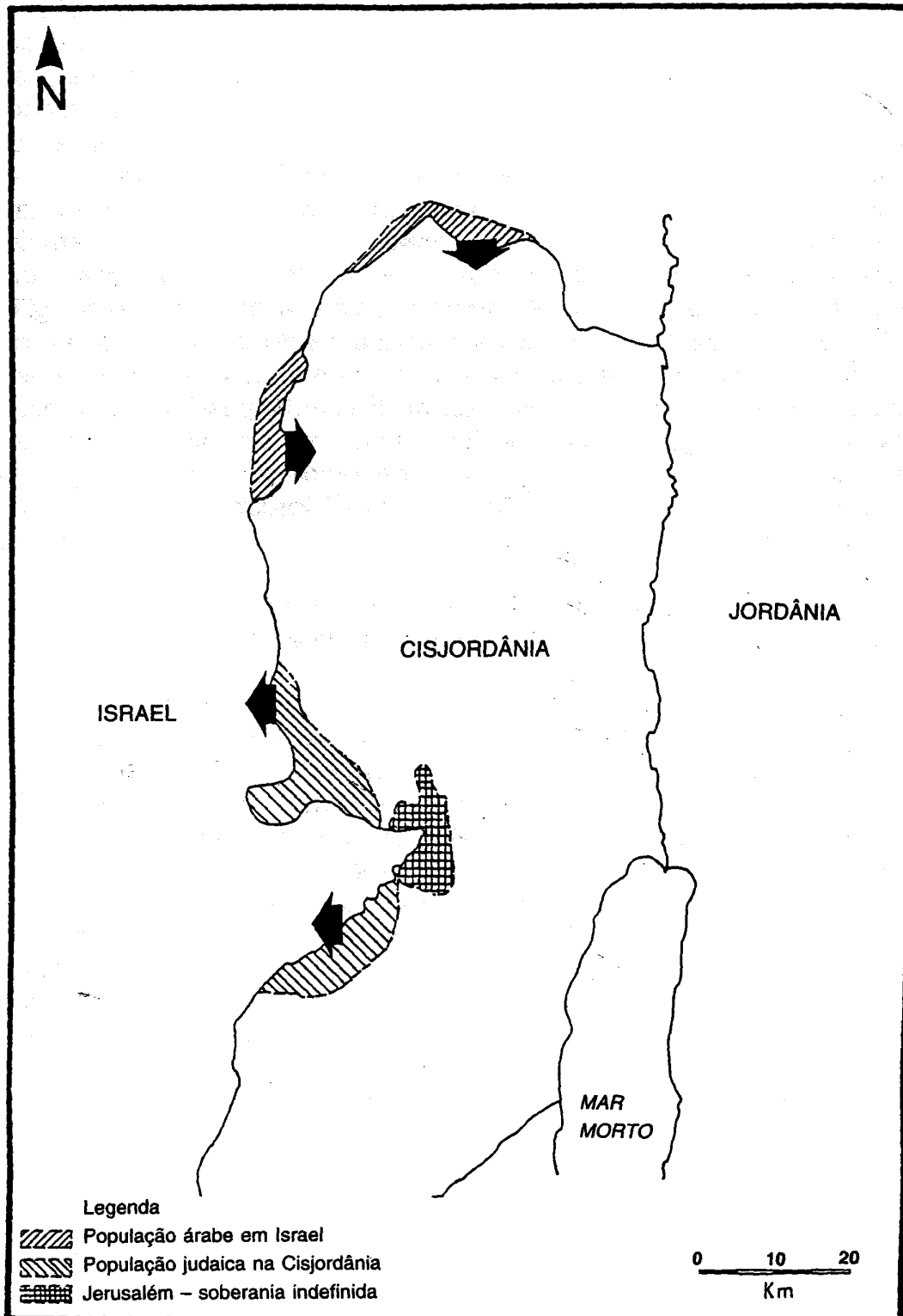
EM termos de capacidade tecnológica, é evidente que qualquer processo de colonização – independentemente de quão massivo seja – é reversível. A remoção e destruição, por Israel, do conjunto de colonatos que estabelecera no norte do Sinai, como consequência dos Acordos de Paz de Camp David, foi um exemplo claro dessa «reversibilidade» (Kliot, 1984; Cohen, 1987). De igual modo, potências externas como os EUA, a CEE, a Arábia Saudita e mesmo o Japão nunca permitiriam que o custo financeiro envolvido na «repatriação» dos colonos para dentro da «linha verde», embora muito grande, se tornasse o obstáculo à execução de um acordo mutuamente aceitável para Israel e para os palestinianos.

Não é difícil elaborar um argumento geográfico para a demarcação de uma nova fronteira política entre Israel e uma entidade político-espacial palestinianiana, tendo em conta, por um lado, as concentrações principais de colonos judeus na Cisjordânia e, por outro, as concentrações principais de populações árabes em Israel (Fig. 3). Três das áreas de colonização judia, cada uma das quais localizada muito próximo da antiga fronteira da «linha verde», poderiam, teoricamente, ficar dentro de um Estado judeu, enquanto duas áreas chave de população israelo-árabe poderiam, em

contrapartida, ficar dentro de uma área autónoma/soberana palestina. As áreas de colonização judia são a região da Samaria Ocidental (a cintura suburbana externa da região metropolitana de Telavive — os colonatos a «cinco minutos de Kefar Sava»); o bloco de Etzion de colonatos a sul de Belém, e possivelmente algumas das colónias suburbanas de Jerusalém. Por seu lado, as grandes concentrações árabes da região do «Triângulo» (as vilas de Tayibe e Tir'a) ao longo das margens ocidentais da Cisjordânia, e algumas das povoações de Wadi Ar'a (a maior das quais é a vila de Um el-Fahm) imediatamente a norte da «linha verde» poderiam ser incluídas na área palestina. Outros ajustamentos fronteiriços possíveis poderiam ser realizados nas micro-regiões da Samaria do Norte e do Hébron Meridional, zona geograficamente periférica.

Embora estas propostas revistam nesta altura um carácter altamente especulativo, a necessidade de criar regiões de homogeneidade etno-territorial não deve ser subestimada. A história amarga das relações entre árabes e judeus indicaria que, na ausência de uma entidade binacional única a ocidente do Rio Jordão, quanto mais elevado for o grau de homogeneidade territorial, maiores serão as hipóteses de alguma forma de estabilidade inter e intra-Estado a longo prazo. Tal solução — se posta em prática — daria razão, em parte, aos proponentes da colonização, quando argumentam que a criação de novos factos tangíveis no terreno desempenham um papel primordial na delimitação final de fronteiras políticas. De igual modo, novas incidências de colonização poderão colocar obstáculos adicionais a um eventual processo de trocas microterritoriais. Às novas vilas (ver supra) localizadas ao longo do lado israelita da «linha verde» introduzirão, se construídas conforme os planos, novas cunhas entre as povoações árabes em Israel, o que terá um efeito espacial semelhante ao dos bairros judeus de Jerusalém Leste e dos colonatos (como Ma'aleh Adumim e Pisgat Ze'ev) na periferia da cidade, os quais, ao estabelecerem concentrações residenciais judias nos bairros palestinos e em volta deles, criam uma heterogeneidade étnica a nível micro-regional que torna cada vez mais difícil a divisão do território de acordo com fronteiras étnicas.

Fig. 3 Ajustamentos territoriais possíveis entre Israel e a Cisjordânia



A região mais problemática para qualquer combinação territorial futura baseada numa retirada parcial é a do Vale do Jordão. A retenção dessa região é considerada (em Israel) «consensual», mas resultaria na descontinuidade territorial entre as diversas regiões. Uma entidade territorial palestina sem o Vale do Jordão ficaria rodeada por todos os lados de território israelita, o que a reduziria a uma espécie de enclave territorial, semelhante ao proposto no Plano Allon. As variações sobre o tema da retirada parcial da Cisjordânia foram discutidas por Efrat (1982), Cohen (1986) e Alpher & Feldman (1989). Estes estudos apresentam uma série de opções territoriais, mas nenhuma prevê que a retenção de territórios na Cisjordânia possa exigir, em troca, a concessão de outras terras que fazem actualmente parte de Israel.

Outra solução possível para o problema dos colonatos poderia basear-se na autonomia ou partilha do poder (Alper & Feldman, 1989; Newman, 1991). Nessas condições, os colonatos poderiam provavelmente ficar nos seus colonos. Neste caso, a autonomia funcional seria preferível, do ponto de vista do colono, a qualquer tipo de autonomia territorial. Tratar-se-ia, na realidade, de criar um tipo de entidade binacional na Cisjordânia, podendo os residentes optar por sistemas administrativos, judiciais e políticos alternativos (por exemplo: os judeus residentes na Cisjordânia seriam cidadãos israelitas dentro de um território palestino, ao passo que os israelo-árabes poderiam tornar-se cidadãos palestinos dentro do território israelita) — embora em pé de igualdade e não com base nas actuais relações assimétricas de domínio/subordinação. Mais uma vez, esta ideia é altamente especulativa. O exemplo de outros conflitos na região (como em Chipre e no Líbano) indica que as misturas étnicas sob o domínio político de um grupo não funcionam. Há uma clara tendência para a emigração após a divisão territorial, resultando num processo espontâneo de segregação territorial étnica em que cada grupo opta, por razões de segurança, por residir dentro do seu próprio território homogéneo.

A autonomia territorial total exigiria que os colonos judeus que decidissem permanecer nesta área passariam a ter o estatuto de minoria étnica. Qual seria o destino dos colonos dentro de um Estado soberano palestino? Podemos supor que esse cenário seria inaceitável para os colonos. Presumindo que as eventuais fronteiras de um eventual Estado palestino incluiriam a maior parte, se não a totalidade do território da Cisjordânia e Gaza, então é provável que os colonos judeus fossem evacuados — segundo o modelo de Yamit***.

A evacuação de colonatos levanta a hipótese dos colonos judeus se recusarem a deixar as suas casas na Cisjordânia e confrontarem as autoridades israelitas no caso de qualquer tentativa de evacuação forçada.

O precedente do Sinai de uma confrontação limitada e organizada entre alguns dos colonos locais e as autoridades israelitas é, em geral, considerado insignificante em comparação com a natureza e extensão de

uma possível confrontação no caso da Cisjordânia. Muito mais que o Sinai ou a Faixa de Gaza, esta última região é de uma importância ideológica profunda para muitos dos colonos (especialmente os nacionalistas religiosos cujos argumentos para reter o controlo da região se baseiam no direito divino - e mesmo no dever religioso). A incógnita diz respeito à proporção de colonos que de facto resistiriam. Deve-se presumir que a maioria dos residentes nos colonatos «suburbanos», situados mesmo do outro lado da «linha verde», aceitariam ser evacuados — em troca de compensações razoáveis. O mesmo se aplica provavelmente em relação aos colonatos agrícolas do Vale do Jordão. Mas mesmo uma minoria de apenas 10% da actual população de colonos (aproximadamente 10 000 colonos ou a 3000 famílias) disposta a confrontar as autoridades - tendo em conta que toda a população de colonos está armada — seria suficiente para causar uma contenda civil substancial e até mortes.

E provável que a maioria dos colonos parta com ou sem compensação monetária — pois é altamente improvável que aceite tornar-se um grupo étnico minoritário dentro de um Estado palestino. Em relação àqueles que se recusarem a partir, seria preferível que o governo israelita retirasse simplesmente as suas forças sem tentar evacuar pela força os colonos recalcitrantes. A evacuação forçada dos colonos apenas provocaria violência e derramamento de sangue. O simples anúncio de uma data para a evacuação de todo o pessoal militar e civil, e a respectiva retirada de acordo com os planos, resultaria provavelmente no regresso voluntário a Israel (devido à falta de alternativas realistas) da maioria dos colonos recalcitrantes.

V. Conclusão

Resulta claramente desta análise que a colonização da Cisjordânia se tornou um dos factores principais do processo de paz. O facto de tanto os americanos como todas as delegações árabes insistirem na necessidade de «congelar» o processo de colonização é prova clara de que a questão não pode ser considerada como secundária. Nesta perspectiva, os patrocinadores da colonização (tanto os governos Likud como o movimento Gush Emunim) atingiram os seus objectivos iniciais — ou seja, transformar a colonização num factor decisivo para o destino da Cisjordânia e de Gaza. Embora tecnicamente os colonatos possam ser destruídos e removidos fisicamente — e daí que o processo seja reversível — é ao mesmo tempo — irreversível na medida em que já não pode ser ignorado como irrelevante para as negociações de paz. O futuro dos colonatos tem de ser discutido à mesa das negociações e pode muito bem vir a ser um factor decisivo na eventual demarcação das fronteiras permanentes.

NOTAS

* *Movimento sionista messiânico que acredita ser um imperativo divino a colonização da «terra de Israel» (N. do T.).*

** *Movimento clandestino judeu nos territórios, responsável por actos de terrorismo contra a população local (N. do T.).*

*** *Colonato judeu no Sinai que foi evacuado e destruído quando Israel se retirou daqueles territórios (N. do T.).*

¹ *O número 140 000 foi retirado de um plano recente do governo (publicado em Novembro de 1991) que examina a absorção futura nos colonatos da emigração maciça de judeus da ex-URSS.*

² *Os dados sobre as características sócio-económicas e demográficas são baseados num levantamento efectuado durante o Verão de 1985 em 32 colonatos israelitas na Cisjordânia, cobrindo mais de 720 questionados (Portugali & Newman, 1987). O levantamento também incluía perguntas relativas às razões para a mudança para a Cisjordânia, características familiares, padrões de produção e consumo e atitudes políticas.*

³ *As discrepâncias nos resultados dos dois levantamentos devem-se ao facto de não terem sido visadas as mesmas populações-alvo. Enquanto o levantamento de Portugali & Newman testou colonos em todos os tipos de colonatos, o levantamento de Applebaum & Newman testou um número limitado de comunidades «rurbanas» na Cisjordânia, como parte de um levantamento nacional de tipos de colonatos semelhantes. O ponto importante a notar é a diferença global entre as duas populações testadas e a média nacional.*

⁴ *Ao analisar estes números deve-se ter em linha de conta que muitos colonos deram a resposta da «ideologia» quando, de facto, podem ter sido influenciados pelos benefícios materiais de BPH e QDV. A resposta «ideologia» seria considerada, por muitos, como mais politicamente correcta. Assim, a verdadeira proporção entre respostas «ideológicas» e «materiais» favoreceria provavelmente estas últimas.*

⁵ *De acordo com um relatório da organização de direitos humanos Betsalem (publicado no suplemento do Ha'aretz de 27-12-91, p. 7), dos 42 incidentes em que a polícia suspeitou de colo-nos judeus envolvidos nas mortes de palestinianos locais, apenas três casos foram levados aos tribunais. Em dois destes casos, os chefes do colonato, Rabbi Moshe Levinger e Pinchas Wallerstein foram ambos condenados por ofensas graves envolvendo armas de fogo (tendo o último causado a morte de um palestiniano local), mas foram condenados respectivamente a uma sentença curta de prisão (algumas semanas) (1989) e trabalhos sociais obrigatórios (1991). De oito acusações semelhantes contra palestinianos suspeitos de terem causado a morte de judeus, sete receberam pena de prisão perpétua (tendo o último recebido vinte anos de prisão) e as suas casas foram destruídas.*

⁶ *Os padrões «formais» de propriedade de terrenos na Cisjordânia reconhecidos pelo governo israelita são baseados num levantamento do território efectuado pelo Ministério da Justiça em meados da década de 1980. Este levantamento, levado a cabo pelo Procurador-Geral de Estado Pliah Albeck, foi criticado por muitos como fortemente tendencioso.*

⁷ *As seis opções eram: anexação; manutenção da situação existente; autonomia; Plano Allon; divisão; expulsão dos palestinianos.*

⁸ *A tese de Benvenisti recebeu atenção proeminente dos meios de comunicação, porque ele próprio se identifica de perto com a esquerda israelita, apoiando a retirada territorial.*

BIBLIOGRAFIA

- ABU-AYYASH, A. (1976), «Política de planeamento regional israelita nos territórios árabes ocupados», *Journal of Palestine Studies*, 5 (3/4), pp. 83-108.
- ABU-AYYASH, A. (1981), «Política de planeamento israelita nos territórios ocupados», *Journal of Palestine Studies*, 11 (1), pp. 111-123.
- ABU LAGHOD, J. (1982), «Colonização israelita em territórios árabes ocupados: de conquista a colónia», *Journal of Palestine Studies*, 11 (1), pp. 16-54.
- ALLON, Y. (1976), «Argumentos a favor das fronteiras defensíveis», *Negócios Estrangeiros*, 55 (1), 38-53.
- ALPHER, J. & FELDMAN, S. (1989), *A Cisjordânia e Gaza: as opções de Israel para a paz*. p. 235, Jaffe Center of Strategic Studies, Universidade de Telavive.
- APPLEBAUM, L. & NEWMAN, D. (1989), *Entre Aldeia e Subúrbio: Novos Tipos de Colonatos em Israel*, p. 137, Settlement Study Centre; Rehovot, Bialik Publishers, Jerusalém (em hebraico).
- APPLEBAUM, L. & NEWMAN, D. (1991), *Os Colonatos do Sector Privado em Israel: Processo de Desenvolvimento e Estatuto Governamental Local*, p. 116, Development Study Center, Rehovot (em hebraico).
- BENVENISTE, M. (1984), *O Projecto de Dados da Cisjordânia: Um Levantamento das Políticas de Israel*, American Enterprise Institute, Washington.
- BENVENISTE, M. (1986), *Desenvolvimentos demográficos, económicos, jurídicos, sociais e políticos na Cisjordânia*, West Bank Data Base Project Report, American Enterprise Institute, Jerusalem Post Publications, Jerusalém.
- BENVENISTE, M. & KHAYAT, J. (1988), *Atlas da Cisjordânia e Gaza*, West Bank Data Base Project, Jerusalem Post Publications, Jerusalém.
- BRAWER, M. (1984), «Diferenças na evolução de características fronteiriças ao longo de fronteiras de regiões política e culturalmente divergentes», pp. 159-172, em N. Kliot & S. Waterman (eds.), *Pluralismo e Geografia política*, Croom Helm, Londres.
- BRAWER, M. (1990), «A "Unha Verde": Funções e impactos de uma fronteira sobreposta israelo-árabe», pp. 63-74, em C. Grundy-Warr (ed.), *Fronteiras Internacionais e Resolução do Conflito* Fronteiriço, Actas publicadas da Conferência da Unidade de Investigação de Fronteiras Internacionais de 1989, Universidade de Durham, Inglaterra.
- CARTER, H. (1975), *O Estudo da Geografia Urbana*, Edward Arnold, Londres (2.ª edição).
- COHEN, E. (Ed.) (1987), «O preço da paz: A remoção dos colonatos israelitas do Sinai», *Journal of Applied Behavioural Science*, 23, pp. 1-149 (edição especial que inclui sete trabalhos sobre este tema).
- COHEN, S. B. (1986), *A Geopolítica da Questão das Fronteiras de Israel*, Jaffee Center for Strategic Studies, n.º 7, Universidade de Telavive, Telavive.
- EFRAT, E. (1982), «Padrões espaciais da colonização hebraica e árabe na Judeia e Samaria», em D. Elazar (ed.), *Judeia, Samaria e Gaza: Ideias sobre o Presente e o Futuro*, American Enterprise Institute, Washington.
- FALAH, G. (1985), «Colonização hebraica recente no Hébron», pp. 245-261, em D. Newman (ed.), *O Impacto dos Gush Emunim*, Croom Helm, Londres.
- FALAH, G. (1989), «Política de "Judaização" israelita na Galileia e o seu impacto sobre a urbanização árabe local», *Trimestral de Geografia Política* 8 (3), pp. 229-253.

Colônias nos subúrbios: DAVID NEWMAN
Comentários sobre vinte e cinco anos
de colonatos judeus na Cisjordânia

- FOUCHER, M. (1987), «Israel/Palestina, que fronteiras? Geografia física e humana da Cisjordânia», em P. Girot & E. Koffman (eds.), *Análise Geopolítica Internacional*, pp. 158-195, Croom Helm, Londres.
- GERSON, A. (1978), *Israel, a Cisjordânia e a Lei Internacional*, Frank Cass, Londres.
- HARRIS, W. W. (1980), *Criando raízes: colonização israelita na Cisjordânia, Montes Golan, Faixa de Gaza e Sinai, 1967-1980*, John Wiley, Nova Iorque.
- HASSON, S. & GOSENFELD, N. (1980), «Colonatos na fronteira de Israel: uma análise através do tempo», *Geoforum*, 11, pp. 315-334.
- HOSHEN, M. (1989), *Migração para as Periferias Nacionais: Processos e Política*, Dissertação Ph. D. (não publicada), Universidade Hebraica de Jerusalém, Israel (em hebraico).
- Jewish Agency, Departamento de Colonatos (1986), *Recenseamento Demográfico dos Colonatos*, Jewish Agency, Jerusalém.
- JONES, H. (1990), *Geografia Populacional*, Paul Chapman, Londres (2.ª edição).
- KIMMERLING, B. (1979), *Quadro Conceitual para a Análise do Comportamento num Conflito Territorial: Generalização do Caso Israelita*, Ensaio sobre os Problemas da Paz, Leonard Davis Institute of International Relations, Universidade Hebraica, Jerusalém.
- KIMMERLING, B. (1983), *Sionismo e Território: Dimensões Sócio-Territoriais da Política Sionista*, Instituto de Estudos Internacionais, University of California Press, Berkeley.
- KLIOT, N. (1984) «Dualismo e transformação da paisagem no Sinai Setentrional: alguns resultados do tratado de paz Egípto-Israel», em N. Kliot & S. Waterman (eds.), *Pluralismo e Geografia Política*, pp. 173-186, Croom Helm, Londres.
- LESCH, A. M. (1977), «Colonatos israelitas nos territórios ocupados», *Journal of Palestine Studies*, 7 (1), pp. 26-47.
- LEVI, S. (1982), «Governo local nos territórios administrados», em D. J. Elazar (ed.), *Judeia, Somaria e Gaza: Ideias sobre o Presente e o Futuro*, pp. 103-122, American Enterprise Institute, Washington.
- LUSTICK, I. (1981), «Israel e a Cisjordânia segundo Elon Moreh: os mecanismos de anexação "de facto"», *Middle East Journal*, 39 (4), pp. 557-577.
- NEWMAN, D. (1984a), «O desenvolvimento do yishuv kehillati na Judeia e Samaria: processo político e tipo de colonato», *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 75 (2), pp. 140-150.
- NEWMAN, D. (1984b), «Influências políticas e ideológicas na colonização "rurbana" israelita: a Cisjordânia e as montanhas da Galileia», *Canadian Geographer*, 28 (2), pp. 142-155.
- NEWMAN, D. (1985a), «A evolução de uma paisagem política: implicações geográficas e territoriais da colonização hebraica na Cisjordânia», *Middle Eastern Studies*, 21 (2), pp. 192-205.
- NEWMAN, D. (1985b), (ed.), *O Impacto dos Gush Emunim*, Croom Helm, Londres.
- NEWMAN, D. (1989), «Presença civil e militar como estratégias de controlo territorial: o conflito israelo-árabe», *Political Geography Quarterly*, 8 (3), pp. 215-227.
- NEWMAN, D. (1991), *População, Colonização e Conflito: Israel e a Cisjordânia*, Cambridge University Press, Cambridge, Inglaterra.

PORTUGALI, J. (1991), «Colonização hebraica nos territórios ocupados: a estrutura de colonato de Israel e os palestianos», *Political Geography Quarterly*, 10 (1), pp. 26-53.

PORTUGALI, J. & NEWMAN, D. (1987), *Interacção Espacial entre Israelitas e Palestinos na Cisjordânia e Faixa de Gaza*, Research Report, Ford Foundation (não publicado).

PRESCOTT, V. (1987), *Fronteiras e Limites Políticos*, Allen & Unwin, Londres.

REICHMANN, S., GANUR, A. & OPPENHEIM, A. (1981), *Colonização hebraica não-agrícola na Judeia e Somaria: levantamento e conclusões principais*, Centro de Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Hebraica, Jerusalém (em hebraico).

REICHMANN, S. (1986), «A política reduz o mundo aos essenciais: reflexão sobre o processo de colonização judeu na Cisjordânia desde 1967», pp. 83-96, em D. Morley & A. Shachas (eds.), *Planeamento na Turbulência*, Magness Press, Jerusalém.

ROMAN, M. (1985), *Kiryat Arba Judeu contra Hébron Árabe*, West Bank Data Base Project, Jerusalem Post Publications, Jerusalém.

SALEH, H. A. K. (1990), «Colonização judaica e seu impacto económico sobre a Cisjordânia, 1967-1987», *Geojournal*, 21 (4), pp. 337-348.

SHAFIR, G. (1984), «Nacionalismo em mudança e a "fronteira aberta" de Israel na Cisjordânia», *Teoria e Sociedade*, 13, pp. 803-827.

SPRINZAK, E. (1986), *A Ilegalidade na Sociedade Israelita*, Hapoalim Books, Telavive (em hebraico).

TURNER, F. J. (1962), *A Fronteira na História Americana*, Holt, Rinehart & Winston, Nova Iorque.

TZUR, Z. (1980), *Colonização e as fronteiras do país*, Tabenkin Institute, Kibbutz Neuhad Publ., Telavive (em hebraico).

WEISBURD, D. (1989), *A violência do colono judeu: provocação como reacção social*, Pennsylvania State University Press, University Park and London.

WEISBURD, D. & WARING, E. (1985), «Motivações de colonização no movimento Gush Emunim: comparação de ligações de altruísmo e interesses próprios», em D. Newman (ed.), *O Impacto dos Gush Emunim*, Croom Helm, Londres.

YIFTACHEL, O. (1991), «Políticas de Estado, controlo territorial e uma minoria étnica: os árabes na região da Galileia, Israel», *Sociedade & Espaço*, 9, pp. 329-362.

YIFTACHEL, O. & RUMLEY, D. (1991) «^o impacto da política de judaização de Israel na Galileia», *Political Geography Quarterly*, 10 (3), pp. 286-296.

Colónias nos subúrbios: DAVID NEWMAN
Comentários sobre vinte e cinco anos
de colonatos judeus na Cisjordânia